



LEI Nº 579/08.

"Altera a Lei Municipal nº 564/08, de 08/06/08 LDO, para o exercício de 2009, e da outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE EDEIA, Estado de Goiás, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O parágrafo Único do Artigo 3º da Lei Municipal de n. 564/08 de 08/06/2008 passara a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º -

§ 1º - O Programa de Trabalho, a que se refere o presente artigo, deverá ser identificado, no mínimo, ao nível de função e subfunção, natureza da despesa, projeto atividades e elementos a que deverá acorrer na realização de sua execução, nos termos da alínea "c", do inciso II, do art. 52, da Lei Complementar nº 101/2000, bem assim do Plano de Classificação Funcional Programática, conforme dispõe a Lei nº 4320/64.

Art. 2º - Será criado no art. 3º da citada Lei os seguintes parágrafos:

§ 2º - Caso seja necessário a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as Metas de Resultado Primário prevista no ANEXO I , da Lei ora alterada, a redução se fará de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes.

§ 3º - Não serão objeto de limitação de empenho as despesas destinadas ao pagamento de serviço da dívida e de precatórios judiciais.

§ 4º - Na hipótese de ocorrência do disposto do Parágrafo Segundo, o Poder Executivo comunicara ao Poder Legislativo, o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.



PREFEITURA MUNICIPAL DE EDÉIA
GABINETE DO PREFEITO
01.788.082/0001-43

§ 5º - O Chefe de cada poder devesa dar divulgação ao ajuste processado, discriminado por órgão.

Art. 3º - O Artigo 8º da Lei Municipal de n. 564/08 de 08/06/08 passara a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º - O Município contribuirá com 20% (vinte por cento), das transferências provenientes do FPM, IPI/EXP, ICMS/LEI CANDIR, ITR, ICMS, IPI, E IPVA, para formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, com aplicação, no mínimo, de 60% (sessenta por cento) para remuneração dos profissionais do Magistério, em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público e, no máximo 40% (quarenta por cento) para outras despesas.

Art. 4º - Fica autorizado a consolidação desta Lei com a Lei Municipal nº 564/08 de 08/06/2008.

Art. 5º - Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

PUBLIQUE-SE e REGISTRE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE EDÉIA, Estado de Goiás, aos 11 dias do mês de NOVEMBRO de 2008.


ELSON TAVARES DE FREITAS
Prefeito Municipal